

Relatório

# Registo de descrição

Data relatório

2024-07-06

Registo

PT/BPARPD/JUD/TCPDL/1ªSEC/082 - Inventários obrigatórios

<b>Nível de descrição</b>	SR
<b>Código de referência</b>	PT/BPARPD/JUD/TCPDL/1ªSEC/082
<b>Tipo de título</b>	Atribuído
<b>Título</b>	Inventários obrigatórios
<b>Datas de produção</b>	1928-00-00 - 1990-00-00
<b>Dimensão e suporte</b>	19 proc.
<b>Entidade detentora</b>	Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada
<b>Produtor</b>	Tribunal da Comarca de Ponta Delgada
<b>Âmbito e conteúdo</b>	<p>Processos especiais que ocorrem quando há interesses de menores, interditos, inabilitados, pessoas colectivas, ausentes, portadores de incapacidade permanente, tendo como finalidade pôr termo a uma determinada comunhão hereditária. Esta série anteriormente designava-se Inventários Orfanológicos. O Decreto-Lei n.º 227/94 de 8 Set, determinou a eliminação da obrigatoriedade de inventário prévio à aceitação de herança por menor, com uma reformulação substancial da tramitação do processo, que passou a designar-se genericamente por inventário. Têm legitimidade para requerer que se proceda a inventário e nele intervirem, como partes principais, em todos os actos e termos do processo: a) os interessados directos na partilha; b) o Ministério Público, quando a herança seja deferida a incapazes, ausentes em parte incerta ou pessoas colectivas. Como base nesta alteração legislativa, os inventários obrigatórios instaurados em data anterior à entrada em vigor do DL supracitado podiam ser arquivados, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/95, de 14 Jan., se tal for requerido pelos representantes dos incapazes neles interessados.</p>
<b>Notas</b>	<p>Incorporação de 19 Nov. 2004. Localização: Dep. 2, col. 407/2 - 409/5.</p>